

INTERNACIONAL



Esta seção trata das mudanças na chefia dos governos da Grécia e Reino Unido e de quatro temas que envolvem diretamente o Brasil: o acordo União Europeia e Mercosul, a Cúpula do Mercosul, a nomeação do filho de Bolsonaro para embaixador nos Estados Unidos e a reunião de ministros de Relações Exteriores dos Brics no Rio de Janeiro. A crise política provocada pelo governo Bolsonaro no Paraguai ao impor um acordo prejudicial para o sistema elétrico daquele país em relação a Itaipu também é tema neste mês.

Direita vence Syriza nas eleições parlamentares da Grécia

O conservador Kyriákos Mitsotakis venceu as eleições parlamentares na Grécia do dia 7 de julho. Seu partido, o Nova Democracia, obteve 39,85% dos votos e a maioria absoluta no Parlamento – 158 cadeiras de trezentas – graças ao bônus de cinquenta assentos adicionais a que o partido mais votado tem direito. O partido do atual primeiro-ministro, Alexis Tsipras, o progressista Syriza, ficou em segundo lugar com 31,53% dos votos e 86 cadeiras. O Partido Comunista Grego (KKE) obteve 5,3% dos votos e quinze cadeiras, enquanto dois novos partidos, o Solução Grega (ECR) conquistou 3,7% dos votos (dez cadeiras) e a Frente Europeia de Desobediência Realista (MERA 25) liderado pelo ex-ministro das finanças, Yannis Varoufakis – que rompeu com o Syriza quando este decidiu permanecer na zona do Euro e negociar com a Troika (Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional) em 2015 – elegeu oito deputados, incluindo Varoufakis, superando a cláusula de barreira dos 3% dos votos. A boa notícia é que a extrema direita representada pelo partido Aurora

Dourada não alcançou o mínimo de 3% para se fazer representar no parlamento.

Aléxis Tsipras liderava o governo desde 2015, quando elegeu-se prometendo mudanças sociais profundas no país que desde o começo da década passava por uma grave crise econômica. Entretanto, o Syriza cedeu às pressões da Troika, que impôs ajustes econômicos draconianos à Grécia em troca de ajuda financeira para renegociar a dívida. Ao longo destes quatro anos, o Syriza implementou algumas medidas sociais modestas, mas manteve as políticas de austeridade negociadas e até aprofundou algumas. Estas prosseguirão com o novo governo, só que agora sob controle dos “profissionais” do ajuste estrutural e parceiros dos empresários e banqueiros europeus.

O Reino Unido tem novo primeiro-ministro

Dois meses depois da renúncia de Theresa May,

o Reino Unido possui novo primeiro-ministro, o polêmico ex-prefeito de Londres, Boris Johnson. Ele foi escolhido como líder dos conservadores e substituirá Theresa May após uma série de disputas dentro do partido que terminaram entre Johnson e o ministro das Relações Exteriores, Jeremy Hunt, na qual o primeiro foi eleito com 66% dos votos.

A principal questão na política britânica segue sendo a mesma desde 2016: a saída do Reino Unido da União Europeia, o Brexit. Ela já derrubou dois primeiro-ministros dos conservadores, partido que possui a maioria no Parlamento e, portanto, a prerrogativa de formar o governo. A ala agora vitoriosa com a eleição de Johnson como líder defende uma saída radical até mesmo sem acordo nenhum e ele já declarou que, ao chegar na data limite de 31 de outubro, o Reino Unido sairá do bloco europeu com ou sem acordo.

A Cúpula do Mercosul

No dia 17 de julho, a 54ª Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul formado pela Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai ocorreu em Santa Fé, na Argentina. Além de assumir o comando do bloco para os próximos seis meses, o governo brasileiro defendeu a possibilidade de realizar outros acordos no estilo do feito com a União Europeia.

Nada de importante foi decidido e, além de transmitir a Presidência pro tempore para o governo brasileiro, o encontro somente serviu para produzir mais situações constrangedoras do presidente brasileiro Jair Bolsonaro (PSL) em encontros internacionais. Talvez o momento mais embaraçoso durante a fala de Bolsonaro tenham sido as referências ao presidente do Chile (país associado ao Mercosul), o liberal Sebastián Piñera. Ele chegou atrasado para a cúpula, já quando o brasileiro estava discursando, mas Bolsonaro não deixou de anunciar “Bem-vindo Piñera!”.

Quando o chileno não respondeu, Bolsonaro continuou: “o problema é com o Peru, não com o Brasil na Copa América, quero deixar bem claro”. As relações entre os dois países citados são permeadas por tensões desde o século 19, quando aconteceu a Guerra do Pacífico que teve, como consequência, a anexação pelo Chile de territórios ricos em recursos

naturais da Bolívia e do Peru.

Bolsonaro indica Eduardo para embaixada

O presidente anunciou, no dia 11 de julho, que indicará seu filho, o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL), para o cargo de embaixador nos Estados Unidos. A embaixada em Washington está vaga desde abril, quando o ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, exonerou o diplomata Sérgio Amaral e, ao que tudo indica, a demora para a nomeação de um novo embaixador foi devido à exigência de que este possuía idade mínima de 35 anos, que Eduardo completou na véspera do anúncio.

Segundo Eduardo, o que o torna apto para assumir a embaixada seria seu conhecimento das línguas inglesa e espanhola, bem como sua vivência nos Estados Unidos durante um intercâmbio, no qual “fritou hambúrguer” no Maine. Desde que seu pai assumiu a Presidência, ele faz parte das comitivas em viagens internacionais e, atualmente, preside a Comissão de Relações Exteriores na Câmara dos Deputados.

Conclui-se que a intenção de nomeá-lo não é de hoje. Entretanto, um embaixador necessita ter perfil negociador e conhecimento de questões como direitos humanos, fronteiras e acordos comerciais. Eduardo Bolsonaro já demonstrou diversas vezes que não entende nada disso e assim como seu pai e seus irmãos, tem um perfil muito mais grosseiro e intolerante do que negociador. Em suas viagens aos Estados Unidos sempre elogia o presidente americano, Donald Trump, e suas políticas, o que gera dúvidas quanto aos reais interesses que ele defenderia se for empossado.

A indicação dele ainda precisa ser publicada no Diário Oficial da União e, posteriormente, passar pela Comissão de Relações Exteriores e pelo plenário do Senado, onde o candidato será sabatinado. No entanto, já há sondagens junto ao governo dos Estados Unidos se ele será bem recebido e o líder do governo, Fernando Coelho, afirmou que há votos suficientes para aprová-lo. As declarações de Bolsonaro defendendo a liberação de exploração de minérios nas reservas indígenas visam agradar senadores da região Norte, além de empresários e o próprio governo estadunidense para favorecer a aprovação do “filho O3”.

Reunião dos Ministros de Relações Exteriores dos Brics

Ministros de Relações Exteriores do Brics reuniram-se no Rio de Janeiro, em 26 de julho. O governo brasileiro exerce a Presidência rotativa do bloco e o objetivo da reunião era preparar a Cúpula dos Brics, prevista para os dias 13 e 14 de novembro, no Brasil.

Para variar, o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Ernesto Araújo, causou constrangimentos ao levantar o tema da Venezuela e a defesa do apoio à oposição ao governo daquele país, embora este assunto não fizesse parte da agenda da reunião e nem da próxima cúpula. Entretanto, a provocação não ficou sem resposta, no caso do ministro de Relações Exteriores da Rússia, Sergey Lavrov, que disse que a solução para os problemas políticos da Venezuela deve ser encontrada pelos próprios venezuelanos, sem ingerência de outros países e de acordo com as leis internacionais, além de ter apoiado as negociações entre o governo Maduro e a oposição intermediadas pelo governo norueguês.

Bolsonaro provoca crise política no Paraguai

O governo Bolsonaro pressionou o Paraguai a adotar uma nova forma de contratação da energia de Itaipu, o que, segundo análises técnicas, aumentaria entre 250 a 341 milhões de dólares a conta que esse país deveria pagar pelo seu consumo de eletri-

cidade no período 2019-22.

Como Eletrobras e Ande (a empresa elétrica paraguaia) não chegavam a um acordo sobre esse tema, o Brasil pediu que fosse resolvido entre as “altas partes contratantes”; ou seja, as chancelarias. Representantes dos dois chanceleres assinaram no final de maio uma ata que permaneceu sob sigilo. O motivo desse procedimento foi que a direção da Ande se recusou a assiná-la.

Segundo foi relatado, como forma de pressão a Eletrobras parou de pagar a Itaipu. Semana passada a ata veio a público porque o presidente da empresa paraguaia renunciou a seu cargo, dando a conhecer o motivo.

Quando a opinião pública paraguaia ficou sabendo de todo o procedimento adotado pelo governo Bolsonaro – que desconhece dois acordos, de 2001 e 2007 – e que o resultado é prejudicial para o sistema elétrico paraguaio, desatou-se uma tormenta política que ameaçou provocar o impeachment do presidente.

Na segunda feira 29 de julho, os quatro altos funcionários que negociaram a ata renunciaram a seus cargos, incluídos o chanceler e o embaixador paraguaio em Brasília. E foi anunciado que o Paraguai pediu nova reunião das altas partes para anular a negociação de maio.